

VI - SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA



**SEGURANÇA PÚBLICA
ACESSO À JUSTIÇA**

SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública é uma das prioridades do atual Governo, e o planejamento de atuação nessa área foi formulado por intermédio do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP).

O PNSP surgiu com o propósito de dar efetividade às políticas governamentais de combate e prevenção à violência, com atuações de caráter preventivo e repressivo. Nessas linhas de atuação, os objetivos traçados enfocam o aperfeiçoamento dos sistemas de segurança brasileiro, por meio de propostas de integração de políticas de segurança, políticas sociais e ações comunitárias de forma a reprimir e prevenir o crime, reduzindo impunidade, aumentando a segurança e tranquilidade do cidadão.

Nesse sentido, os Municípios atuam na integração de ações sociais e urbanas junto a áreas e públicos mais afetados pela criminalidade, por meio de iniciativas preventivas e comunitárias das Guardas Municipais. Quanto aos Estados, a atuação pauta-se numa dinâmica de maior parceria e implantação de planos estaduais de segurança abrangentes e integrados.

Cabe destacar entre as iniciativas do Plano, o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que permitiu ao Governo delimitar critérios para apoiar projetos de Estados e Municípios, impedindo o financiamento de ações alheias à realidade da segurança pública, ou, até mesmo, de implementação inviável.

Contribuindo também para a implementação do Plano, a Força Nacional de Segurança Pública, composta pelos melhores profissionais do País, é controlada pelo Governo Federal, e atua, quando acionada pelos governos estaduais, como reforço na segurança em situações de emergência. Até maio de 2006, foram formados 7,7 mil policiais e bombeiros militares de todo o País. Até o final deste ano, estima-se que a Força Nacional terá 10 mil integrantes aptos a atuarem em qualquer ponto do Brasil. Devido à necessidade de reforçar essa área, em 2007, está prevista a formação de mais 6 mil policiais.

Ainda no âmbito do PNSP, outra medida importante foi a realização da Campanha do Desarmamento em 2004, cuja meta inicial de recolhimento de 80 mil armas acabou sendo superada em 475%, resultando no recolhimento de 460 mil armas até setembro de 2005.

Para fortalecer o sistema de segurança, pretende-se ampliar, significativamente, o efetivo das Polícias Federal e Rodoviária Federal, mediante a realização de concursos. Estima-se que, em 2007, o número de servidores atinja 25,0 mil, representando forte acréscimo em relação aos 16,3 mil de 2003. Esse acréscimo permitiu a intensificação das operações de combate às drogas e à pirataria, e têm desmantelado redes do crime organizado e máfias internacionais, reduzindo prejuízos e riscos para o setor produtivo, para os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade.

Outra iniciativa prioritária para 2007 é a implementação do Sistema Penitenciário Federal (SPF), constituído por cinco presídios de segurança máxima com 1,0 mil celas

individuais. Esses estabelecimentos penais federais abrangem cada uma das regiões do País e tem por finalidade abrigar líderes de grupos criminosos. A Penitenciária de Catanduvas, no Paraná, foi concluída e a de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, será entregue ainda em 2006. As outras três, localizadas em Mossoró, no Rio Grande do Norte, em Porto Velho, em Rondônia e em local, ainda a ser definido, na região Sudeste, deverão estar concluídas em 2007.

Além da construção das penitenciárias federais, foram criadas, por meio de convênio com entes da Federação, mais de 10,5 mil novas vagas nos sistemas penitenciários locais, refletindo uma sólida política de apoio aos Estados, baseada em critérios que consideram as realidades regionais.

Em complementação às ações realizadas no âmbito do Ministério do Esporte, destaca-se também a implementação do plano de segurança pública voltado à realização no Rio de Janeiro dos XV Jogos Pan-Americanos e Para Pan-Americanos, de 2007, no contexto do Programa Segurança Cidadã, que conta com R\$ 140,0 milhões em 2006 e previsão de R\$ 110,0 milhões para 2007. O plano prevê, concomitantemente, o desenvolvimento de ações preventivas associadas às de inteligência e de segurança pública, com o envolvimento de comunidades carentes residentes na região de realização do evento.

A participação dessas comunidades abrange a capacitação de 1,0 mil jovens voluntários, identificados como brigadistas-socorristas, além de 10,0 mil outros, na faixa de 16 a 24 anos, que atuarão como guias cívicos e gestores municipais de Segurança Cidadã. Antes do início dos Jogos, serão realizadas as Olimpíadas Cariocas, envolvendo diversas modalidades esportivas com a participação de jovens, moradores de localidades ao longo do circuito onde se desenvolverão os eventos esportivos.

Concomitantemente, o Governo Federal tem apoiado essas iniciativas com crescente volume de recursos orçamentários destinados à área de segurança pública, conforme o quadro a seguir:

Evolução dos Gastos Federais com Segurança Pública Outras Despesas Correntes e Investimentos

ÍTENS	2003	2004	2005	2006	2007
Policimento Federal	504	652	793	743	810
Fundo Nacional de Segurança Pública	311	290	248	361	475
Penitenciárias	121	146	159	140	200
TOTAL	936	1.088	1.200	1.244	1.484

Fonte: SOF/MP

ACESSO À JUSTIÇA

O acesso à Justiça é compromisso essencial do Estado democrático brasileiro, para garantir que todo cidadão possa acionar o sistema público para reivindicar direitos e resolver conflitos em que se encontre envolvido.

Nesse sentido, para promover esse acesso, o Governo Federal tem fortalecido a atuação e ampliado a capacidade de atendimento da Defensoria Pública Geral da União, que conta com R\$ 14,0 milhões para custear o seu funcionamento em 2007, como forma de garantir os direitos dos cidadãos à justiça, por meio da prestação de assistência jurídica integral e gratuita a pessoas carentes, que não tenham condições de custear a assessoria jurídica e a representação judicial.

No período de 2003 a 2005, a abrangência dos atendimentos foi ampliada para 22 núcleos em 18 unidades federadas, resultando no crescimento significativo de atendimento ao público, que passou de 54.261, em 2002, para 227.119, em 2005. Também merece destaque o Projeto Defensoria Pública Itinerante, que possibilita a prestação de assistência jurídica gratuita às populações carentes que vivem em localidades longínquas onde não existem núcleos instalados.

Entre as iniciativas implementadas para facilitar o acesso à justiça destacam-se os Balcões de Direitos e Centros de Atendimento a Vítimas de Crimes, a articulação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e a avaliação e difusão de formas alternativas de administração de conflitos, que, em vários casos, produzem resultados mais rápidos, eficientes e satisfatórios do que a justiça tradicional.